

1) Nos termos da Lei nº 9.296/96 - Lei da Interceptação Telefônica - caso a Autoridade Policial, para realizar a diligência legal da interceptação, necessite de "serviços e técnicos especializados"

- A) poderá solicitá-los diretamente às respectivas concessionárias.
- B) deverá solicitar tal auxílio junto ao Juiz de Direito do feito que, se entender cabível, requisitá-lo-á junto às respectivas concessionárias.
- C) poderá requisitá-los diretamente às respectivas concessionárias.
- D) deverá solicitar tal auxílio junto ao Promotor de Justiça do feito, que, se entender cabível, requisitá-lo-á junto às respectivas concessionárias.

2) Notícia a mídia que alguns marginais possuidores de variadas armas de fogo estariam alugando as mesmas a outros criminosos cobrando para isso determinada participação nos eventuais lucros na empreitada criminosa a ser praticada. Estudando a Lei nº 9.437/97 - Lei do Porte de Arma - verifica-se que essa conduta de "alugar" armas de fogo

- A) está expressamente prevista e punida nessa legislação.
- B) não está expressamente prevista nessa legislação criando o que se chama de "lacuna".
- C) embora não prevista expressamente nessa lei, está implícita nos verbos "fornecer" e "emprestar", utilizados pelo legislador.
- D) embora não prevista expressamente nessa lei está implícita no verbo "ceder", utilizado pelo legislador.

3) O fenômeno da ultratividade da lei penal

- A) está circunscrito às leis excepcionais ou temporárias.
- B) pode ocorrer em outra hipótese além das previstas nas leis excepcionais ou temporárias.
- C) está impedido por ferir mandamento constitucional.
- D) ocorre na vacatio legis e nada tem com leis excepcionais ou temporárias.

4) A figura do perdão judicial àquele que, na direção de veículo automotor, pratica o crime de homicídio culposo

- A) está expressamente prevista no Código de Trânsito Brasileiro num dos parágrafos correspondentes a esse tipo penal.
- B) não está assim expressa no Código de Trânsito Brasileiro embora nesse tipo penal conste a expressão "o juiz pode deixar de aplicar a pena", provocando, portanto, o mesmo efeito.
- C) não está assim expressa no Código de Trânsito Brasileiro embora nesse tipo penal conste a expressão "fica isento de pena" provocando, portanto, o mesmo efeito.
- D) não está expressa no Código de Trânsito Brasileiro no tipo penal que pune essa conduta criminosa.

5) Estudando o Código de Trânsito Brasileiro - Lei n. 9.503/97 - verifica-se que ocorrendo a prática de omissão de socorro por parte do condutor do veículo automotor responsável pelo acidente, a conduta de terceiro que supre essa omissão prestando atendimento à vítima

- A) exclui a responsabilidade do condutor do veículo pela prática desse delito.
- B) não exclui a responsabilidade do condutor do veículo pela prática desse delito.
- C) exclui a responsabilidade do condutor do veículo mas apenas na hipótese da vítima sofrer lesão corporal grave ou morte instantânea.
- D) não exclui a responsabilidade do condutor do veículo pela prática desse delito, embora esteja prevista, nesse tipo penal, como causa de diminuição de pena.

6) A pena expressamente cominada para o autor do crime relacionado e punido na Lei da Tortura - Lei n. 9.455/97 - é a de

- A) reclusão para todos os crimes tipificados nessa legislação.
- B) reclusão, detenção e multa, a depender do crime praticado.
- C) reclusão, detenção ou multa, a depender do crime praticado.
- D) reclusão ou detenção a depender do crime praticado.

7) As excludentes de ilicitude previstas em nosso Código Penal são também denominadas de normas
Obs.: * Em face de erro de grafia do enunciado, teve consideradas como todas corretas as opções A, B, C, D

- A) penas permissivas.
- B) que excluem a tipicidade da conduta.
- C) penas em branco.
- D) penas que excluem a culpabilidade.

8) Como sabemos, na Lei dos Crimes Hediondos - Lei nº 8.072/90 - consta norma reguladora dos crimes nela inseridos quando praticados por meio de quadrilha ou bando estabelecendo, para esse delito autônomo, a pena de reclusão de três a seis anos. Essa determinação legal

- A) conflita com dispositivo da Lei da Tortura - Lei nº 9.455/97 - que trata do assunto.
- B) está em pleno vigor, sem qualquer colidência com outra legislação especial.
- C) conflita com dispositivo da Lei de Entorpecente - Lei nº 6.368/76 - que prevê o crime de formação de quadrilha ou bando, para o tráfico, com pena superior à citada no enunciado da questão.
- D) conflita com o dispositivo da Lei de Entorpecente - Lei nº 6.368/76 - que prevê o crime de formação de quadrilha ou bando para o tráfico, estabelecendo para esse delito autônomo pena idêntica à citada no enunciado da questão, dificultando saber qual legislação a ser aplicada.

9) O tipo de concurso de crimes que está previsto e que eventualmente poderá ocorrer na figura do erro na execução "aberratio ictus" e no resultado diverso do pretendido "aberratio criminis" é o denominado

- A) formal no erro na execução e material no resultado diverso do pretendido.
- B) formal nas duas hipóteses.
- C) material nas duas hipóteses.
- D) material no erro na execução e crime continuado no resultado diverso do pretendido.

10) Como sabemos por recente legislação, as penas restritivas de direito sofreram alterações no seu elenco e nas hipóteses de substituição das penas privativas da liberdade. O condenado por determinado crime, praticado na sua forma culposa, que recebeu a pena de detenção de quatro anos

- A) não mais poderá receber o benefício da substituição, embora pudesse pela legislação alterada.
- B) poderá agora receber o benefício da substituição já que o limite imposto pela nova legislação, na hipótese, passou para quatro anos.
- C) continua a poder receber o benefício da substituição permitida nessa hipótese.
- D) não poderá receber o benefício da substituição já que, pela nova legislação, na hipótese, a pena privativa de liberdade só pode ser de até um ano.

11) A decadência, causa extintiva da punibilidade, somente se aplica à ação penal

- A) de iniciativa privada.
- B) pública condicionada e incondicionada.
- C) de iniciativa privada e pública condicionada.
- D) pública condicionada.

12) A entrevista pessoal e reservada do preso com seu advogado

- A) depende de prévia autorização judicial.
- B) constitui direito previsto na Lei de Execução Penal.
- C) é mera liberalidade do dirigente do estabelecimento prisional.
- D) é vedada, na hipótese de incomunicabilidade, prevista no Código de Processo Penal.

13) A partir do recebimento da representação da autoridade policial pela decretação da prisão temporária, o juiz deverá decidir no prazo de

- A) vinte e quatro horas.
- B) doze horas.
- C) três dias.
- D) cinco dias.

14) A apreensão de documento em poder do defensor do acusado

- A) é permitida sempre, em face do poder de polícia.
- B) é permitida, quando constituir elemento do corpo de delito.
- C) não é permitida, em face do sigilo profissional.
- D) não é permitida, pois o defensor tem imunidade processual.

15) No Juizado Especial Criminal, da decisão de rejeição de denúncia ou queixa, caberá

- A) recurso em sentido estrito, a ser interposto no prazo de cinco dias.
- B) apelação, a ser interposta no prazo de cinco dias.
- C) recurso em sentido estrito, a ser interposto no prazo de dez dias.
- D) apelação, a ser interposta no prazo de dez dias.

16) No processo penal, se o acusado, citado pessoalmente, não atender ao chamamento judicial, sem motivo justificado

- A) ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional.
- B) o juiz determinará a produção antecipada das provas consideradas urgentes.
- C) será decretada sua revelia e o processo seguirá sem a sua presença.
- D) o juiz decretará a extinção da punibilidade.

17) Entende-se por " absolvição imprópria "

- A) a aplicação da medida de segurança, em caso de absolvição.
- B) a sentença absolutória que reconheça não existir prova suficiente para a condenação.
- C) a sentença absolutória destituída de fundamentação.
- D) a decisão judicial de arquivamento do inquérito policial.

18) Nos crimes de ação penal de iniciativa privada, o inquérito policial será iniciado

- A) de ofício, pela autoridade policial.
- B) mediante representação do ofendido ou de seu representante legal.
- C) mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público.
- D) mediante requerimento do ofendido ou de quem tenha capacidade para representá-lo.

19) Tício foi surpreendido cometendo crime culposos, cuja pena é seis meses a dois anos de detenção. Apresentado o preso à autoridade policial, constatou-se estar ele em gozo de "sursis". Deve a autoridade policial

- A) autuá-lo em flagrante delito e não conceder a fiança, nos termos da legislação vigente.
- B) autuá-lo em flagrante delito, concedendo-lhe fiança.
- C) autuá-lo em flagrante delito e, em seguida, livrar-se-á ele solto, independentemente de fiança.
- D) encaminhá-lo ao Juizado Especial Criminal, se assumir o compromisso de a ele comparecer.

20) A hipótese em que se admite a identificação criminal independentemente de identificação civil, excepcionando a norma constitucional, está contida na (s)

- A) Lei dos Crimes Hediondos.
- B) Lei de Tortura e Lei do Entorpecente.
- C) Lei dos Crimes Hediondos e Lei de Tortura.
- D) Lei de Repressão ao Crime Organizado.

21) As características fundamentais do Poder Constituinte Originário, segundo a doutrina, são

- A) inicialidade, ilimitação, incondicionalidade.
- B) inicialidade, derivação, condicionalidade.
- C) inicialidade, ilimitação, subordinação.
- D) derivação, subordinação, condicionalidade.

22) Nas infrações penais comuns, praticadas pelo Presidente da República, admitida a acusação, perante que órgão federal será o Presidente submetido a julgamento?

- A) Câmara dos Deputados.
- B) Senado Federal.
- C) Supremo Tribunal Federal.
- D) Congresso Nacional.

23) São privativos de brasileiros natos os cargos

- A) de Deputado Federal.
- B) de Senador.
- C) de Ministro de Estado.
- D) da carreira diplomática.

24) Pelo estabelecido no Sistema Tributário Nacional, compete aos Municípios instituir, dentre outros, imposto sobre

- A) transmissão "causa mortis".
- B) transmissão "inter vivos".
- C) propriedade de veículos automotores.
- D) circulação intermunicipal.

25) A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo

- A) Tesouro Nacional.
- B) Ministério da Fazenda.
- C) Banco do Brasil.
- D) Banco Central.

26) De acordo com a Constituição Paulista de 1989, a remoção de integrante da carreira de Delegado de Polícia somente poderá ocorrer mediante pedido do interessado ou manifestação favorável, nos termos da lei, do

- A) Delegado Geral de Polícia.
- B) Delegado de Polícia Diretor de Departamento.
- C) Colegiado Superior da Polícia Civil.
- D) Secretário da Segurança Pública.

27) Como você, enquanto autoridade policial, agiria em face da notícia de que um cidadão nascido em Sergipe não foi promovido em sua empresa por ser de procedência nordestina?

- A) Instauraria inquérito policial para apurar o caso, por tratar-se de crime previsto pela legislação brasileira.
- B) Não instauraria inquérito policial, pois só são consideradas discriminatórias para efeitos criminais as discriminações decorrentes de raça, religião ou etnia.
- C) Encaminharia a pretensa vítima à Justiça do Trabalho, pois é a única instância competente para apreciar tal questão.
- D) Apesar de a Constituição de 1988 repudiar o racismo, este ainda não foi tipificado como crime pela legislação penal, assim não há nada que a autoridade possa fazer.

28) A atual Constituição Federal veda, em qualquer situação, a existência de

- A) pena de morte.
- B) pena de banimento.
- C) pena de multa.
- D) prisão civil.

29) A denominada jurisdição constitucional concentrada, no Brasil, é exercida pelo

- A) Superior Tribunal de Justiça.
- B) Tribunal Superior Eleitoral.
- C) Supremo Tribunal Federal.
- D) Senado.

30) Após a realização de uma prisão, a Constituição Brasileira determina à autoridade policial que

- A) informe imediatamente ao juiz e à família sobre a prisão.
- B) apresente o preso ao juiz em vinte e quatro horas.
- C) apresente o preso ao juiz em quarenta e oito horas.
- D) informe imediatamente à autoridade superior sobre a prisão.

31) A competência do Governador do Estado para expedir decretos é

- A) delegável.
- B) forma de criar direitos e obrigações.
- C) poder vinculado e limitado.
- D) poder normativo pleno.

32) Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas, fala-se em licitação

- A) deserta.
- B) fracassada.
- C) imprópria.
- D) reservada.

33) A oportunidade e a conveniência, em relação ao ato administrativo, subsumem-se

- A) no mérito e ensejam anulação.
- B) no motivo e ensejam anulação.
- C) na forma e ensejam revogação.
- D) no mérito e ensejam revogação.

34) As Administrações Regionais da Prefeitura Municipal de São Paulo caracterizam serviço público

- A) regionalizado.
- B) desconcentrado.
- C) descentralizado.
- D) delegado.

35) A Lei Orgânica da Polícia Civil de São Paulo - Lei Complementar n. 207/79 - prevê que todo procedimento de polícia judiciária instaurado contra servidor policial deverá ser comunicado imediatamente pela autoridade que o preside, pela via hierárquica, ao

- A) Secretário de Segurança Pública.
- B) Delegado Geral de Polícia.
- C) Delegado Diretor da Corregedoria.
- D) Delegado Titular do Município.

36) A execução de serviço de interesse coletivo instável ou de emergência transitória justifica um caso de

- A) concessão.
- B) permissão.
- C) permissão de uso.
- D) autorização.

37) Quando a Administração deixa de entregar o local da obra ou do serviço, ou não providencia as desapropriações necessárias, fala-se em

- A) fato da Administração.
- B) fato do Príncipe.
- C) caso fortuito.
- D) negligência.

38) O CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica - pela sua natureza jurídica é

- A) autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda.
- B) órgão colegiado subordinado diretamente ao Presidente da República.
- C) autarquia federal vinculada ao Ministério da Justiça.
- D) órgão vinculado ao Conselho Monetário Nacional.

39) A proibição de construir acima de certa altura, a obrigatoriedade de observar determinado recuo de construção, o dever de denunciar doença contagiosa, a vedação de manter certos animais na zona urbana, são exemplos de restrições decorrentes do poder

- A) de polícia.
- B) regulamentar.
- C) disciplinar.
- D) hierárquico.

40) A declaração de inidoneidade imposta a um licitante pelo Secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo produz efeitos em relação aos órgãos

- A) estaduais, apenas.
- B) estaduais e municipais, apenas.
- C) federais, estaduais, distritais e municipais.
- D) públicos em geral, exceto os autárquicos e paraestatais.

41) A lei nova que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes

- A) modifica a lei anterior.
- B) revoga a lei anterior.
- C) não revoga nem modifica a lei anterior.
- D) ab-roga a lei anterior.

42) As benfeitorias podem ser

- A) acidentais, úteis ou essenciais.
- B) voluptuárias, úteis ou necessárias.
- C) voluptuárias, necessárias ou essenciais.
- D) temporárias, úteis ou necessárias.

43) Chama-se não deferido o direito futuro quando sua aquisição

- A) pende somente do arbítrio do sujeito.
- B) foi alcançado pela decadência.
- C) foi alcançado pela prescrição.
- D) subordina-se a fatos ou condições falíveis.

44) Consideram-se consangüíneos os irmãos

- A) filhos do mesmo pai e mães diversas.
- B) filhos do mesmo pai e da mesma mãe.
- C) filhos da mesma mãe e pais diversos.
- D) germanos.

45) O credor de coisa certa

- A) pode ser obrigado a receber outra, desde que equivalente.
- B) pode ser obrigado a receber outra, desde que mais valiosa.
- C) pode ser obrigado a receber outra, desde que do mesmo gênero.
- D) não pode ser obrigado a receber outra, ainda que mais valiosa.

46) O ato do terceiro interessado, que paga a dívida pela qual era ou podia ser obrigado, no todo ou em parte, caracteriza

- A) cessão de crédito.
- B) pagamento com sub-rogação.
- C) dação em pagamento.
- D) remissão de dívida.

47) A sucessão por representação também se diz

- A) individual.
- B) consangüínea.
- C) por cabeça.
- D) por estirpe.

48) Serão sumárias as ações de manutenção e as de esbulho quando intentadas, a partir da turbação ou do esbulho, dentro de

- A) seis meses.
- B) três meses.
- C) ano e dia.
- D) dois anos.

49) O aumento que o rio acresce às terras, de modo vagaroso, recebe o nome de

- A) avulsão.
- B) aluvião.
- C) álveo abandonado.
- D) comistão.

50) Para o casamento, a afinidade em linha reta constitui impedimento

- A) absolutamente dirimente.
- B) relativamente dirimente.
- C) impediente.
- D) temporário.

51) Com uma lavagem enérgica de ferimento por projétil de arma de fogo, com água e sabão,

- A) pode-se remover a zona de esfumaçamento, mas não a de tatuagem.
- B) pode-se remover a zona de tatuagem, mas não a de esfumaçamento.
- C) podem-se remover as zonas de esfumaçamento e de tatuagem.
- D) não se pode remover a zona de esfumaçamento, nem a de tatuagem.

52) Drogas psicoativas que suprimem as sensações de fome, sede, cansaço e sono são

- A) psicolépticas.
- B) psicoanalépticas.
- C) psicodislépticas.
- D) neurolépticas.

53) A pele anserina, observada com freqüência em cadáveres de afogados, é caracterizada por

- A) enrugamento da pele.
- B) descolamento da epiderme.
- C) maceração da pele.
- D) ereção de pêlos.

54) Em Antropologia Forense, através do exame do fêmur de um esqueleto, pode-se

- A) somente avaliar a estatura do indivíduo.
- B) avaliar a estatura e determinar o sexo do indivíduo.
- C) somente determinar o sexo do indivíduo.
- D) avaliar a estatura e determinar a raça do indivíduo.

55) Considerando-se a pena cominada em abstrato, pode-se afirmar que é mais grave a lesão corporal da qual resulta

- A) perda de um braço, mantendo-se o outro íntegro.
- B) perda de um rim, mantendo-se o outro normal.
- C) estado de choque por hemorragia intensa.
- D) interrupção da gravidez por antecipação do parto.

56) A constatação de rotura himenal recente é fundamental para a tipificação do delito de

- A) estupro contra menor de catorze anos.
- B) estupro em geral.
- C) sedução.
- D) corrupção de menores.

57) Alucinações visuais e tácteis, constituídas basicamente da percepção de grande quantidade de animais minúsculos em movimento, são características

- A) do "delirium tremens" do alcoolismo crônico.
- B) da alucinose alcoólica.
- C) da intoxicação pela amida do ácido lisérgico.
- D) da intoxicação pelo haxixe.

58) Em acidentes por choque elétrico, a vítima pode morrer por asfixia, devido à contração tetânica dos músculos torácicos, que realizam os movimentos respiratórios. A asfixia, no caso, é provocada por

- A) confinamento.
- B) constrição das vias aéreas.
- C) sufocação direta.
- D) sufocação indireta.

59) Uma ferida de comprimento maior do que a profundidade, com bordas lineares regulares e superfícies internas lisas, foi produzida, com maior probabilidade, por instrumento

- A) perfurocortante.
- B) corto-contundente.
- C) cortante.
- D) incisivo.

60) O cadáver aumenta consideravelmente de volume, exala um cheiro repugnante e intenso, sua língua se exterioriza e o feto morto, até então encerrado dentro do útero, é eliminado através da vagina. Tais fenômenos associados ocorrem, em relação às fases da putrefação, na

- A) primeira.
- B) segunda.
- C) terceira.
- D) quarta.

61) Qual a natureza jurídica da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948?

- A) Convenção Internacional.
- B) Pacto das Nações Unidas.
- C) Resolução da Assembléia Geral da ONU.
- D) Tratado Internacional.

62) Ao se tornar parte em um tratado internacional de Direitos Humanos, como o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos de 1966, que tipo de obrigações são assumidas pelo Brasil?

- A) Colaborar com os países em desenvolvimento, em conformidade com o disposto no Pacto.
- B) Respeitar os direitos humanos dos cidadãos dos países vizinhos, em conformidade com o disposto no Pacto.
- C) Respeitar e garantir os direitos humanos e tomar medidas para implementação do Pacto no seu território.
- D) Tomar as medidas na esfera do Executivo necessárias à implementação do Pacto.

63) O órgão responsável por monitorar a implementação do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos de 1966 é

- A) a Corte Internacional de Justiça.
- B) a Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- C) a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- D) o Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas.

64) Nos Estados federados o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos de 1966 aplica-se apenas

- A) às autoridades estaduais.
- B) às autoridades internacionais.
- C) aos órgãos da União.
- D) a todas as entidades constitutivas da Federação.

65) Afirmar que o Direito Internacional dos Direitos Humanos é um direito subsidiário significa que

- A) ele deve ser focado apenas após o esgotamento dos remédios legais domésticos.
- B) ele não é um autêntico ramo do direito.
- C) se limita a preceitos de ordem moral.
- D) não é necessário acessar em primeiro lugar o direito interno.

66) O termo "direitos civis", como comumente empregado pelos instrumentos internacionais de direitos humanos significa

- A) direito decorrente do Código Civil.
- B) direito que para sua realização necessita do Estado na esfera privada.
- C) os direitos decorrentes de regimes civis e não militares.
- D) direito que para a sua realização depende em grande medida da não interferência do Estado na esfera individual.

67) Os direitos humanos, tal como compreendidos hoje, surgiram como uma reação

- A) à barbárie da I Grande Guerra.
- B) à chamada Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética.
- C) à miséria na África e ao regime de segregação racial na África do Sul.
- D) ao holocausto e às demais barbáries perpetradas durante a Segunda Grande Guerra.

68) Caso a Comissão Interamericana de Direitos Humanos solicite informações sobre uma violação de direito ocorrida em território nacional, o governo brasileiro

- A) é obrigado a fornecê-las em razão da Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969.
- B) é obrigado a prestá-las, pois sendo signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, obrigou-se a prestar informações à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- C) é obrigado a prestá-las, caso o Governo brasileiro, ao ratificar a Convenção Americana de Direitos Humanos, tivesse feito menção expressa a esta possibilidade de supervisão pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- D) não tem nenhuma obrigação de fornecer a referida informação, pois isto constituiria uma violação da soberania brasileira.

69) Quem presidiu a Comissão das Nações Unidas responsável pela redação final da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948?

- A) Winston Churchill.
- B) Eleanor Roosevelt.
- C) Charles De Gaulle.
- D) Mohandas K. Gandhi.

70) Os direitos e garantias constantes dos instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos aprovados e ratificados pelo Brasil, que não sejam expressos na Constituição Federal de 1988, devem ser

- A) recepcionados pelo nosso ordenamento jurídico.
- B) excluídos de nosso regime legal.
- C) aceitos parcialmente, desde que decorram das normas constitucionais.
- D) eliminados do sistema em face dos princípios por ela adotados.

Gabarito

1-C 2-A 3-B 4-D 5-B 6-D 7-A 8-C 9-B 10-C 11-C 12-B 13-A 14-B 15-D 16-C 17-A 18-D 19-B 20-D 21-A 22-C 23-D 24-B 25-D 26-C 27-A 28-B 29-C 30-A 31-C 32-A 33-D 34-B 35-B 36-D 37-A 38-C 39-A 40-C 41-C 42-B 43-D 44-A 45-D 46-B 47-D 48-C 49-B 50-A 51-A 52-B 53-D 54-B 55-A 56-C 57-A 58-D 59-C 60-B 61-C 62-C 63-D 64-D 65-A 66-D 67-D 68-A 69-B 70-A